

O Rio de Janeiro como capital financeira do mundo:

a XXII Reunião Conjunta Anual do FMI e Banco Mundial em 1967

Rio de Janeiro as the financial capital of the world: the XXII Annual Meeting of the IMF and World Bank in 1967

Nathan Morais Pinto da Silva

Mestre e Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ).
Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR.
Email: nathan.morais@hotmail.com

Ana Paula Marino de Sant'Anna Reis

Mestre e Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ).
Bacharel em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM Rio) e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Email: paula.reis@msn.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar a XXII Reunião Conjunta Anual do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e seus afiliados, conferência diplomática e financeira internacional realizada na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1967 e até hoje pouco abordada na historiografia dos grandes eventos internacionais sediados na cidade. A partir da consulta aos acervos históricos de dois jornais de alcance nacional editados no Rio de Janeiro que cobriram amplamente o evento – O Globo e o Jornal do Brasil – buscamos trazer um balanço histórico da conferência, sublinhando seus resultados e sua importância para a governança financeira global, destacando o posicionamento da delegação brasileira e enfatizando as disputas e tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; além de relatar os preparativos e bastidores do evento na cidade do Rio de Janeiro antes e durante a conferência.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial.

ABSTRACT: This article aims to present the XXII Annual Meeting of the International Monetary Fund, World Bank and their affiliates, an international diplomatic and financial conference held in Rio de Janeiro in September 1967, which remains relatively underexplored in the historiography of major international events hosted by the city. Drawing on historical archives from two national newspapers based in Rio de Janeiro – O Globo and Jornal do Brasil – we seek to provide a historical overview of the conference, emphasizing its outcomes and significance for global financial governance. We highlight the stance of the Brazilian delegation and underscore the disputes and tensions between developed and developing countries. Additionally, we discuss the preparations and behind-the-scenes activities of the event in Rio de Janeiro both before and during the conference.

KEYWORDS: Rio de Janeiro, International Monetary Fund, World Bank.

Introdução

Se A cidade do Rio de Janeiro tem demonstrado sua vocação global e seu protagonismo internacional servindo como sede de grandes eventos internacionais. O Rio sediou, nas últimas décadas, eventos esportivos como os Jogos Pan-Americanos de 2007, jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016; religiosos, como a Jornada Mundial da Juventude em 2013; além de inúmeros grandes eventos culturais, tecnológicos, ambientais e outros eventos das mais variadas naturezas, recebendo milhares de autoridades e turistas de todo o mundo.

Não menos importantes são as conferências diplomáticas que o Rio de Janeiro recebeu ao longo dos anos. Desde o início do século XX, contexto em que o Rio ainda era a capital do Brasil, a cidade vem sediando grandes reuniões cujos resultados têm sido de grande impacto para a política internacional. São dignas de destaque, nesse sentido, a Conferência Interamericana de 1947, na qual foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, também conhecido como Tratado do Rio), principal dispositivo de defesa mútua no sistema interamericano até hoje; e as conferências ambientais Rio-92 e Rio+20, que trouxeram avanços significativos para a governança global ambiental e climática. A Cúpula do G20, a ser realizada na cidade em 2024 em meio a um contexto internacional de grandes tensões e transformações na ordem mundial, é o mais recente capítulo desta extensa história do Rio de Janeiro como cenário da política internacional.

O objetivo deste artigo é apresentar um balanço histórico de uma importante conferência internacional – e ainda muito pouco lembrada, sobretudo em trabalhos acadêmicos – que aconteceu Rio de Janeiro em 1967: a XXII Reunião Conjunta Anual do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e seus afiliados, realizada entre 25 e 29 de setembro daquele ano no Museu de Arte Moderna (MAM) – o mesmo palco da

vindoura Cúpula do G20 de 2024. A partir da consulta a jornais de grande circulação na época, que cobriram amplamente o evento, buscamos trazer à luz os resultados da reunião propriamente dita, destacando a posição brasileira, dos países em desenvolvimento e das grandes potências mundiais à época; além de relatar os preparativos, repercussões e o impacto da realização desta conferência na cidade. De modo a coletar informações sobre o evento, faremos uma revisão sistemática dos dois maiores jornais de circulação nacional editados no Rio de Janeiro à época: O Globo e o Jornal do Brasil, a partir de seus respectivos acervos digitais. O acervo de O Globo está disponível online mediante assinatura, enquanto o acervo do Jornal do Brasil está depositado no fundo da Biblioteca Nacional, também acessível por meio digital, de forma gratuita.

O artigo está dividido em três seções para além desta introdução. Na primeira seção, trazemos um panorama do histórico de conferências diplomáticas internacionais sediadas no Rio de Janeiro, desde os primeiros anos do século XX, quando a cidade era a capital federal, até as grandes conferências ambientais do século XXI, culminando na Cúpula do G20 a ser realizada na cidade em 2024. Na segunda seção, relatamos a XXII Reunião Anual Conjunta do FMI, Banco Mundial e seus afiliados, realizada no Rio de Janeiro em 1967, abordando os posicionamentos do Brasil e das grandes potências e os resultados das discussões travadas na reunião. Por fim, na terceira seção, apresentamos o impacto da conferência na cidade antes e durante o evento, focando na cobertura midiática da reunião, bem como seus preparativos e consequências.

O Rio de Janeiro como sede de conferências diplomáticas: a cidade como ator político internacional e seu histórico

Apresentado Com a globalização, as cidades se tornaram atores políticos e sociais, inclusive no plano internacional. De acordo com Castells e Borja (1996), as grandes cidades em todo o mundo têm se empenhado em promover-se para o exterior, buscando tornar-se mais competitivas na

atração de investimentos, integrando sistemas e redes de cidades globais e firmando acordos e compromissos com entidades governamentais e privadas – parte do fenômeno que se convencionou chamar de paradiplomacia ou diplomacia subnacional. Uma das formas mais comuns de atuação internacional das cidades é a recepção de grandes eventos internacionais, sejam eles culturais, esportivos ou políticos, como as conferências diplomáticas. Ainda segundo os autores, os grandes eventos internacionais podem impulsionar transformações urbanas nas cidades e servir como resposta a um contexto de crise, sublinhando a experiência de Barcelona após as Olimpíadas de 1992 como um caso paradigmático (CASTELLS; BORJA, 1996).

O Rio de Janeiro vem buscando se inserir como um ator político internacional desde muito antes da era da globalização, recebendo eventos internacionais desde o início do Século XX. O epíteto “cidade maravilhosa”, pelo qual a cidade é conhecida internacionalmente até hoje, foi criado pelo escritor Coelho Neto, divulgado em 1908 em sua crônica “Os Sertanejos”. De acordo com Cruz e Póvoa (2017, p. 194), este rótulo tem caráter representativo para a cidade, tanto em aspectos estéticos quanto sociais. Os autores afirmam que o epíteto é usado de forma constante em busca de confirmar o merecimento deste apelido. Coelho Neto escreve sobre o Rio em um momento em que a cidade era capital do país, e ele sinaliza, de acordo com Cruz e Póvoa (2017, p. 195), os processos sociais e as modificações urbanísticas como as maravilhas de fato da cidade, e não aspectos meramente paisagísticos e naturais.

Foi nesta época que ocorreu a primeira grande conferência diplomática na cidade: a III Conferência Pan-Americana, em 1906, assim como a Exposição Nacional comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil, em 1908. É também nesse contexto que acontece a reforma urbana de Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que, de acordo com Brandão e Martins (2017), promoveu um embelezamento, modernização e higienização da cidade, com a abertura da Avenida Central (atualmente Avenida Rio

Branco), por meio da demolição de residências e expulsão da população baixa renda que ocupava os imóveis.

Em relação à política externa brasileira, podemos ressaltar que, durante esses dois eventos, o Itamaraty era comandado pelo Barão do Rio Branco, que era apoiador do fortalecimento do panamericanismo e de uma aproximação com os Estados Unidos da América (EUA). Segundo Fonseca Jr. (2012, p. 565), a realização da III Conferência Pan-Americana é um dos marcos, em conjunto com a criação da embaixada em Washington em 1905, desse relacionamento próximo empreendido por Rio Branco em relação aos estadunidenses. Para Fonseca Jr. (2012, p. 581-582), o Barão do Rio Branco, naquele momento, abraçou a ideia de panamericanismo como palco, com o Brasil sediando a conferência e ganhando politicamente, pois consolidou a aliança não escrita com os EUA. Vale destacar os discursos feitos por Rio Branco durante a III Conferência, que mencionam o legado europeu na formação da América Latina, demonstrando que apesar de convergência ideológica em diversos temas, o Brasil tinha posicionamento pragmático (FONSECA JR., 2012, p. 582-583).

Alguns anos mais tarde, em 1922, a cidade do Rio de Janeiro sediou outra exposição nacional em comemoração ao Primeiro Centenário da Independência. Vinte anos depois, em 1942, a cidade do Rio de Janeiro sediou a III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas das Américas. De acordo com Arguelhes (2015, p. 73) esta conferência pode ser compreendida como a “porta de entrada” do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois marcou o fim da neutralidade brasileira. Após o fim da Guerra, em 1947, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente. Nesse momento, foi aprovado o TIAR, também conhecido como Tratado do Rio. De acordo com Lourenço Neto (2015, p. 478-481), não devemos ver a assinatura deste tratado pós vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial como simples afirmação de controle estadunidense sobre a região, pois foi um momento de grande negociação e conciliação, a partir de três projetos,

o brasileiro, o mexicano e o estadunidense, para definição de como lidar com a segurança no continente.

Depois da construção de Brasília, viabilizada por Juscelino Kubitschek entre 1957 e 1960, o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, tornando-se o Estado da Guanabara. A mudança da capital para Brasília trouxe para o Rio de Janeiro consequências como a perda da sua centralidade e da condição irrefutável de “cidade símbolo” do Brasil, sobretudo no exterior (CURY, 2022). No entanto, após a mudança a cidade manteve, de alguma forma, alguma “capitalidade”, devido à permanência de algumas estruturas federais mesmo após a transferência da sede do governo. Um exemplo é o Palácio do Itamaraty carioca, que mesmo deixando de ser a sede do Ministério das Relações Exteriores do país, continua aberto até os dias de hoje, abrigando o Escritório de Representação deste ministério na cidade e um museu.

Mesmo após a perda do status de capital federal, o Rio de Janeiro seguiu recebendo conferências internacionais. Em 1967, a cidade sediou a XXII Reunião Anual Conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e seus afiliados, sobre a qual nos debruçamos neste artigo, sendo o único evento desse porte que ocorreu na cidade durante a ditadura civil-militar brasileira. O Rio só voltou a sediar eventos dessa magnitude após a redemocratização, mais precisamente a partir de 1992, com a III Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. A conferência é considerada um marco da governança ambiental global e trouxe resultados significativos neste sentido, destacando-se a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e de outros importantes tratados ambientais, além da criação da Agenda 21 (LAGO, 2006).

A cidade do Rio de Janeiro também foi anfitriã de conferências regionais, servindo como palco da consolidação da integração regional sul-americana

a partir da década de 1990. Após a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, duas reuniões ordinárias do Conselho do Mercosul foram sediadas na cidade: uma em 1998 e outra em 2007. Em 1999, o Rio de Janeiro sediou a Primeira Reunião entre os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe com a União Europeia, em um momento em que ainda não existia a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010, que depois se transformou no organismo internacional regional de diálogo com a União Europeia.

Vinte anos depois da Rio-92, o Rio de Janeiro recebeu novamente uma conferência sobre o meio ambiente, em 2012, dessa vez com o nome Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e que ficou conhecida como Rio+20. Em 2016, ocorreu na cidade o Primeiro Fórum de Financiamento de Cidades Sustentáveis do Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática, rede de cidades globais da qual o Rio de Janeiro é membro e que foi presidida pelo prefeito carioca Eduardo Paes entre 2013 e 2016. Em 2019, aconteceu na cidade a III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS; e em 2024, o Rio de Janeiro será a primeira cidade brasileira a sediar uma Cúpula do G20, a ser realizada no MAM, no contexto da presidência brasileira do fórum.

A XXII Reunião Conjunta Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial: resultados e o papel do Brasil

Em 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O objetivo dessa conferência foi criar a estrutura para a cooperação e reconstrução econômica internacional após a Segunda Guerra Mundial. Conforme os anos foram passando, o grupo Banco Mundial foi sendo construído, incluindo a estrutura do BIRD e com a criação de diversos

órgãos como a Cooperação Financeira Internacional (IFC), em 1956, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), em 1960 (PEREIRA, 2014). O Banco Mundial foi criado, inicialmente, para financiar projetos físicos como estradas e pontes, e com o tempo passou a engajar-se em projetos ambiciosos contra a pobreza no mundo, incluindo assistência técnica em infraestrutura, mas também desenvolvimento sustentado, educação, saúde e boa governança (GUIMARÃES, 2012, p. 78)

O FMI foi criado com o objetivo de socorrer os países que sofrem com crises macroeconômicas, mesmo obtendo empréstimos externos em mercados privados. Para isso, o fundo monitora a economia de todos os países-membros, com foco especial na balança de pagamentos e na taxa de câmbio. No período analisado no artigo, o FMI direcionava seus empréstimos a países em desenvolvimento e lidava com as crises de balança de pagamentos dentro dos limites impostos pelo padrão-ouro (GUIMARÃES, 2012, p. 152).

As reuniões conjuntas do FMI e do Banco Mundial acontecem desde 1946, sendo realizadas anualmente desde 1996, com exceção de 2020, ano em que não houve reunião devido à pandemia da COVID-19. A maioria das reuniões ocorre em Washington, sede dos dois organismos, sendo realizadas em um outro país uma vez a cada três anos. Em 1967, foi a primeira e única vez que uma cidade brasileira sediou este evento; e uma de duas vezes que a reunião ocorreu na América do Sul, sendo a segunda em Lima, no Peru, apenas em 2015 (IMF, 2024a). Os países costumam ser representados nestas reuniões por seus “governadores” – na maioria das vezes, ministros das finanças ou presidentes dos bancos centrais nacionais – que são os representantes designados por cada país-membro nas duas instituições (IMF, 2024b).

O Brasil apresentou sua candidatura para sediar essa reunião graças a iniciativa de Maurício Chagas Bicalho, que era o representante do Brasil no FMI. Parte de Bicalho o interesse na candidatura, que procurou o ministro

da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões para verificar se deveria agir. Bulhões ponderou que a Argentina já tinha tentado sediar e foi recusada, e que isso deveria ser levado em consideração, tendo em vista que uma recusa da proposta brasileira poderia ser ruim para a imagem do país. Bicalho foi procurando adesões ao pleito brasileiro, principalmente entre os latino-americanos, além de ter coordenado as negociações para a eleição de um representante africano, a pedido dos diretores do FMI, o que fez com que ele pudesse passar uma boa impressão sobre o Brasil. Só que a Itália também demonstrou interesse em ser sede da reunião, e quando Bicalho descobriu isso, telefonou ao Ministro da Fazenda italiano e disse que se a Itália se candidatasse, o Brasil votaria a favor dela e retiraria sua candidatura. Dias depois, o ministro italiano enviou uma comunicação para Bicalho informando que a Itália tinha retirado a candidatura e apoiaria o Brasil (O GLOBO, 1967m).

A principal pauta da conferência de 1967 foi a proposta do “Grupo dos Dez” – composto por EUA, Canadá, Japão, Reino Unido e os seis então membros do Mercado Comum Europeu (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) – de criação dos direitos especiais de saque (DES, ou SDR, na sigla em inglês), que serviriam como uma espécie de moeda de reservas internacionais. O principal ponto de tensão envolvendo a proposta era a possibilidade de endurecimento das exigências para a obtenção dos saques já existentes, ao qual os países da América Latina, liderados pelo Brasil, se mostravam contrários. É importante notar que, naquele contexto, o Grupo dos Dez detinha mais de 55% das cotas do FMI (JORNAL DO BRASIL, 1967a). Isto significava que se os países “ricos” votassem em bloco, teriam poder de veto sobre as decisões tomadas, o que configurava um grande desafio para o bloco dos países mais “pobres”. Podemos observar, então, que as disputas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento marcaram a reunião realizada na cidade do Rio, e isto aconteceu em meio a um contexto de mudanças na estratégia de inserção internacional brasileira neste sentido.

Devemos compreender, contudo, que o bloco de países desenvolvidos tinha divergências marcantes. Os países do Mercado Comum Europeu exigiam reformas no sistema financeiro internacional, compreendendo que desde Bretton Woods a conjuntura mundial tinha mudado, portanto, apoiar-se no sistema outro-dólar e livre esterlina não refletia o cenário vivido naquele momento, com a Europa recuperada economicamente e com moedas nacionais fortalecidas e os EUA enfrentando déficits contínuos na balança de pagamentos, com o dólar não possuindo mais o mesmo lastro de ouro que tinha em 1944 – foram de 24 bilhões de dólares em ouro (quase todo o ouro do mundo em 1944) para 15 bilhões de dólares em ouro (O GLOBO, 1967b).

A partir da proposta de criação da DES, esperava-se que esse novo sistema de reservas monetárias seria relevante para acabar com o problema da liquidez internacional, por isso essa reunião era vista como uma das mais importantes da história das instituições gêmeas de Bretton Woods até aquele momento (O GLOBO, 1967a). De acordo com Herculano Borges da Fonseca (O GLOBO, 1967a), economista da época, com um volume de liquidez adequado, seria possível facilitar o comércio internacional, não estando sujeito a circunstâncias ocasionais como produção de ouro e flutuações do balanço de pagamento dos EUA e da Inglaterra.

A posição de Otávio Dias Carneiro, diplomata e político brasileiro, que foi ministro da Indústria e Comércio no governo parlamentarista de João Goulart (1962-1963) e foi diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) de 1963 a 1964, os países subdesenvolvidos foram “enteados do sistema monetário internacional regulados pelo FMI”, com um abismo entre os interesses desses países e as normas da instituição (O GLOBO, 1967n). Em entrevista concedida por Otávio Dias Carneiro ao jornal O Globo na época, o diplomata afirmou que os países subdesenvolvidos tinham que entender melhor até que limite o novo sistema com o DES conseguiria resolver o problema da liquidez internacional. Os subdesenvolvidos, para Carneiro, precisavam financiar

seus déficits em seus balanços de pagamentos sem terem que aplicar restrições ao comércio ou restrições cambiais, além de não terem mais que aceitar taxas menores de crescimento por causa da situação dos balanços de pagamento (O GLOBO, 1967o).

Os países africanos chegaram a essa reunião do Banco Mundial e do FMI com grandes reclamações em relação a estas instituições, entendendo que a ajuda recebida por seus países era insuficiente e que havia certa discriminação em relação a eles por parte dessas instituições financeiras internacionais. O representante da Libéria, J. Milton Weeks, considerava necessária a concessão de mais facilidades aos países em desenvolvimento, principalmente os africanos, para que fosse possível a mitigação de crises, como era o caso recente de crise da borracha, com queda de dois terços de seu valor de mercado (O GLOBO, 1967b).

As principais personalidades presentes na reunião do FMI foram George Woods, estadunidense, presidente do Banco Mundial, que participou de missões do Banco na Índia, (1952-1954), no Paquistão (1956), na Europa (1958), atuando nas disputas da nacionalização do Canal de Suez, e nas Filipinas (1952); Pierre-Paul Schweitzer, francês, diretor de Operações do FMI, chegou a ser preso durante a II Guerra Mundial pro forças alemãs e ir para campos de concentração, trabalhou no FMI na década de 1940, assim como em departamentos do Estado francês e na diplomacia daquele país, atendendo a problemas de implementação do Plano Marshall em seu país, além de ter sido diretor do Tesouro da França; Aron Proches, neerlandês, Conselheiro Geral do Banco Mundial, antes tinha sido assistente e diretor do Departamento Jurídico do Banco, durante a Conferência de Bretton Woods, foi Conselheiro Jurídico das delegações neerlandesas e, nos anos da realização dessa Reunião do FMI no Rio de Janeiro, ele estava proferindo conferências sobre aspectos legais das operações do Banco; Kare Willoch, norueguês, presidente do Conselho de Associação Europeia de Livre Comércio, considerado um dos líderes em economia e finanças do Partido Conservador norueguês, foi Ministro do Comércio e Navegação da

Noruega duas vezes, em 1963 e 1965, foi membro da delegação da Noruega na Assembleia Geral das Nações Unidas e presidente do Conselho da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e Erick Brofoss, norueguês, governador do Banco da Noruega e do FMI (O GLOBO, 1967i).

Antes de apresentarmos a posição brasileira na reunião, cabem aqui breves comentários sobre a política externa brasileira durante o governo Costa e Silva (1967-69). Este momento ficou marcado por um movimento de “recuperação de tendências” (CERVO; BUENO, 2011), significando o início de uma ruptura com o paradigma americanista que predominou nos primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. A “diplomacia da prosperidade” – termo cunhado pelo próprio presidente – de Costa e Silva condicionou a segurança nacional ao desenvolvimento econômico, que passou a ser a prioridade número um da diplomacia do país. Neste contexto, foram retomadas algumas diretrizes da política externa brasileira que foram estabelecidas com a Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) e interrompidas com o golpe de Estado de 1964, como a percepção da preponderância de um conflito Norte-Sul no sistema internacional travado entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e a denúncia do “congelamento do poder mundial” entre as duas grandes superpotências da época: os EUA e a União Soviética (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993).

Neste momento, teve início um processo de transição paradigmática que chegaria ao seu ápice na segunda metade da ditadura, redirecionando a política externa brasileira rumo a um padrão de inserção internacional mais autônomo, baseado na diversificação das relações econômicas e comerciais do país e a uma maior articulação com os países em desenvolvimento. É no contexto do governo Costa e Silva que, pela primeira vez, é possível reconhecer a existência de um componente terceiro-mundista na política externa brasileira – ainda que este tenha sido um terceiro-mundismo limitado e difuso (LIMA; MOURA, 1982), esbarrando em questões sensíveis como o colonialismo português e as relações com o

mundo socialista – tendo em vista a defesa dos países em desenvolvimento no plano multilateral e a busca por novos parceiros comerciais e mercados de exportação, principalmente na América do Sul, África e Ásia.

O posicionamento da delegação brasileira, chefiada por Antônio Delfim Netto, homem-forte da política econômica brasileira durante o período da ditadura, foi coerente com as linhas gerais da política externa do país naquele contexto. O Brasil assumiu o papel de liderança do bloco que contava com os países da América Latina e as Filipinas, agindo de maneira propositiva, encabeçando iniciativas de interesse dos países do então dito Terceiro Mundo. A escolha de Delfim Netto como orador oficial da América Latina foi definida na reunião prévia que ocorreu em Lima, entre os latino-americanos, para definição de posicionamento da região. Nessa reunião, foi discutido também o idioma que o representante brasileiro deveria utilizar e, ao final, concordaram que ele falaria em português (O GLOBO, 1967f). Entre as propostas encabeçadas por Delfim durante a reunião, destaca-se a criação de um mecanismo de defesa contra flutuações de preços de produtos primários no mercado internacional (JORNAL DO BRASIL, 1967i), apoiada pela maioria dos países em desenvolvimento; no entanto, sem muita receptividade entre os países desenvolvidos, com exceção da França.

Roberto Campos, que tinha participado da delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, tinha sido ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-1967) e criticava a atuação de Delfim Netto na Fazenda, escreveu no jornal O Globo um artigo de opinião intitulado “O Folclore Juvenil e o Fundo Monetário”. Neste artigo, Campos comenta sobre os estudantes da União Metropolitana de Estudantes (UME) que afirmavam que o FMI era controlado pelos EUA e que a reunião seria para “fazer um balanço da exploração imperialista em todo o mundo”. Campos entende que esses estudantes são imaturos, e afirma que os EUA dispunham de 22% do poder de voto, contra 32% da Europa Ocidental e 35% dos subdesenvolvidos – cabe salientar que contar os desenvolvidos como um

bloco coeso e de peso não corresponde, necessariamente, à realidade das votações. Para Campos, esse posicionamento contra o FMI é faz parte de um movimento permanente de busca por “bodes expiatórios” que justifiquem as “frustrações do subdesenvolvimento” (O GLOBO, 1967h).

O governo brasileiro obteve êxitos antes mesmo da reunião começar, com o reconhecimento por parte do FMI do sucesso da fórmula brasileira de combate à inflação às vésperas da conferência (JORNAL DO BRASIL, 1967g) e a formalização de um empréstimo do Banco Mundial no valor de US\$ 40 milhões, destinado ao desenvolvimento da pecuária nacional (JORNAL DO BRASIL, 1967n). No discurso de abertura do evento, Costa e Silva fez uma defesa enfática da abertura de novos mercados de exportação para produtos manufaturados provenientes de países em desenvolvimento (JORNAL DO BRASIL, 1967m), agenda de interesse do Brasil. O tema foi retomado no discurso de Delfim Netto no último dia da reunião, quando o representante brasileiro se manifestou contra as práticas discriminatórias realizadas por alguns países industrializados que bloqueavam a entrada de países em desenvolvimento nestes mercados (JORNAL DO BRASIL, 1967b). Constatamos que, para além da defesa dos interesses coletivos do dito Terceiro Mundo, o Brasil também utilizou a reunião e a sua condição de anfitrião do evento como plataforma de seus próprios objetivos, com destaque para a promoção da reputação internacional do país, além da sua expansão comercial através da ampliação de destinos de exportação de produtos manufaturados.

Outro tema importante para o Brasil, neste caso perante o Banco Mundial, foi o financiamento obtido para que o país pudesse aumentar a capacidade de geração de energia elétrica, focado no desenvolvimento do país. O financiamento, no valor total de 446 milhões de dólares, dividido em 17 empréstimos no decorrer dos anos, possibilitou que o Brasil dobrasse a sua produção de energia. Além disso, o Banco Mundial também forneceu empréstimos para recuperação e ampliação da capacidade de transporte da Estrada de Ferro Central do Brasil, conservação de rodovias no Estado

do Rio de Janeiro, melhoramento dos serviços telefônicos locais e interurbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro e financiar os custos de um estudo da indústria siderúrgica (O GLOBO, 1967n).

Mais além das divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a reunião também se destacou por choques dentro do bloco dos países industrializados, protagonizados pelos EUA e pela França. Estes dois países tinham divergências quanto ao tratamento e à participação dos países em desenvolvimento e à conversibilidade do ouro em dólar, medida à qual os estadunidenses eram favoráveis e os franceses, contrários. Após o discurso do ministro das finanças francês Michel Debré ser aplaudido pelos representantes de países em desenvolvimento, o Jornal do Brasil trouxe a manchete “França conquista pobres e irrita EUA e Inglaterra” em sua edição de 27 de setembro, informando que o secretário do Tesouro estadunidense Henry Fowler rebateu os argumentos franceses em um discurso de quase uma hora de duração (JORNAL DO BRASIL, 1967h).

O impacto da discussão entre estadunidenses e franceses foi tamanho que o auditório do MAM ficou vazio durante a maioria das falas seguintes, ao passo que os representantes presentes voltaram suas atenções à discussão das ideias articuladas por estes dois países (JORNAL DO BRASIL, 1967d). A posição francesa foi percebida pelos países “ricos” como “conservadora e inflexível” (JORNAL DO BRASIL, 1967l); e as tensões aumentaram após o ministro francês cancelar uma série de compromissos e deixar o Rio na quinta-feira por motivos de saúde, o que foi recebido com ceticismo por outras delegações, que chegaram a acusar Debré de ter contraído uma “doença diplomática” (JORNAL DO BRASIL, 1967e).

Uma outra pauta relevante da conferência foi a discussão da possibilidade de entrada de países do bloco socialista – especificamente, a União Soviética, a Polônia, a Romênia e a Tchecoslováquia – no FMI. A URSS começou a ser ventilada como um potencial membro da entidade devido

às suas numerosas reservas de ouro, na esteira da decisão do Fundo de não aumentar o preço internacional deste produto (JORNAL DO BRASIL, 1967m). O representante da Iugoslávia, país socialista e aliado soviético que já participava da organização, se mostrou favorável ao ingresso destes países (JORNAL DO BRASIL, 1967i). No entanto, nada foi decidido em relação a este assunto durante a reunião.

Encerrada a conferência, o principal resultado foi a aprovação da criação dos direitos especiais de saque, nos termos do anteprojeto apresentado pela direção do FMI. A criação dos DES, implementados em 1969, é o maior legado da reunião do Rio. Além disso, foram aprovados os relatórios anuais das duas organizações, a filiação de Botsuana aos organismos, e a transferência de recursos do Banco Mundial para a AID, que se encontrava em situação de insolvência (JORNAL DO BRASIL, 1967j). Foi possível observar, ao longo desta seção, que a conferência realizada no Rio de Janeiro foi um evento importante para a consolidação das estruturas de governança financeira global em atividade até hoje, refletindo não apenas as tensões e disputas envolvendo países ricos e países emergentes, mas também entre as grandes potências econômicas mundiais da época.

A cidade do Rio de Janeiro e a XXII Reunião do FMI e do Banco Mundial: preparativos, bastidores e repercussões

No O governo brasileiro iniciou a mobilização para viabilizar a realização da reunião de 1967 no Rio de Janeiro financiando a reforma do espaço no qual foi realizada a conferência. Em maio de 1966, ainda no governo Castelo Branco, foi sancionada uma lei que autorizou a abertura de crédito especial pelo Ministério da Fazenda para a conclusão das obras básicas do MAM, fazendo referência à Reunião do FMI e Banco Mundial no texto da lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo

Ministério da Fazenda, com vigência por 2 (dois) exercícios, o crédito especial de Cr\$ 1.412.335.000 (um bilhão quatrocentos e doze milhões trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara, indispensáveis à instalação e funcionamento da Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e entidades filiadas, a se realizar em setembro de 1967, na Cidade do Rio de Janeiro, naquele Estado (BRASIL, 1966).

Partes da cidade do Rio de Janeiro também passaram por obras de recuperação e embelezamento, como foi o caso dos jardins construídos ao longo das praias de Ipanema e Leblon, que estavam destruídos e foram revitalizados pelo governador Negrão de Lima, que “decidiu vestir a cidade de roupa nova” para a Reunião do FMI (O GLOBO, 1967j), uma evidência de que a realização de intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro – como a que ocorre na região do MAM visando a Cúpula do G20 de 2024 – visando a recepção de eventos internacionais não são uma novidade do Século XXI.

A reunião teve ampla cobertura da imprensa brasileira. O evento recebeu a atenção não apenas das editorias políticas e econômicas dos grandes jornais do país, que o cobriram de maneira exaustiva, mas também foi tema de matérias jornalísticas que relatavam o cotidiano das autoridades que participariam da reunião e de seus acompanhantes. Estas matérias, repletas de anedotas sobre a chegada ao Rio de Janeiro de centenas de representantes de diversos países e suas famílias, tinham como público-alvo a população em geral, incluindo leitores menos interessados nas discussões em torno da conferência propriamente dita.

Em sua edição do domingo anterior ao início da conferência, no dia 24 de setembro, a Folha de São Paulo trouxe um suplemento especial de mais de

cem páginas sobre o tema da cooperação internacional, destacando as pautas da reunião e trazendo entrevistas com diversas autoridades nacionais e internacionais, como o ministro da Fazenda que representaria o Brasil na reunião, Antônio Delfim Netto (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967). O editorial do Jornal do Brasil do mesmo dia ressaltou o “interesse crescente” em torno da reunião, e a “expectativa geral em torno do acontecimento, que teve força catalizadora capaz de movimentar a administração da Cidade, numa série de providências práticas e úteis” (JORNAL DO BRASIL, 1967f). A capa da edição trazia em números a dimensão global do evento que se iniciaria, com a presença de mais de 700 representantes de 107 países (JORNAL DO BRASIL, 1967g). A cobertura midiática da imprensa brasileira – destacando-se aqui a intensa cobertura da Folha de São Paulo, jornal paulista de circulação nacional – demonstra que o Rio de Janeiro esteve no centro das atenções do país e do mundo ao longo daquela semana em setembro de 1967.

As delegações enviadas ao Rio de Janeiro continham também outros políticos, empresários e banqueiros que participaram de reuniões que aconteceram à margem da reunião oficial do FMI, como foi o caso de David Rockefeller, que foi convidado de honra. Além disso, também vieram ao Rio representantes de instituições internacionais que participaram da reunião oficial como observadores: Paul Hoffmann, administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas; Pompeu Acióli Borges, representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil que tinha o interesse de buscar financiamento do Banco Mundial para a pecuária do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste; Felipe Herrera, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que chefiou os observadores da reunião oficial do Banco Mundial e FMI e; Carlos Quintana, secretário executivo da CEPAL (O GLOBO, 1967d).

Durante a reunião oficial, ocorreu também uma reunião dos presidentes dos Bancos Centrais. Em 1967, antes do início dessa reunião dos bancos, o presidente do Banco Central do Peru, Fernando Schwalb López Aldana, que

também era presidente da reunião dos bancos, renunciou ao seu cargo no governo, porque ele disse estar “escandalizado” com a medida tomada pelo ministro da Fazenda peruana, que desvalorizou a moeda do país e não fez redução das despesas do governo, aumentando a inflação de forma alarmante (O GLOBO, 1967f).

A recepção inicial das delegações que chegavam ao Rio começava no aeroporto Galeão, onde foi montado um salão de espera, entregue para uso no dia 20 de setembro de 1967. O jornal O Globo (1967f) informou que o salão era amplo, “confortável e moderno”. Parte das delegações chegaram juntas, a partir de 5h45 da manhã, e o governo brasileiro organizou a recepção e saída dos 95 carros diplomáticos, o que ocorreu com um pequeno imprevisto, pois os batedores da Guarda Civil não chegaram no horário, atrasando a saída dos delegados, contudo, o funcionamento do esquema ocorreu de forma tranquila, com recepção de cafés e refrigerantes aos convidados (O GLOBO, 1967b).

Kare Willoch e Erik Brofoss, que presidiram, respectivamente, a reunião do Banco Mundial e a reunião do FMI, foram recepcionados no Galeão por Rui Leme, presidente do Banco Central do Brasil, representando Delfim Netto. Rui Leme acompanhou Willoch e Brofoss ao Copacabana Palace, onde ficaram hospedados (O GLOBO, 1967b). A recepção de Woods e Schweitzer, respectivamente, quem comandava o Banco Mundial e quem comandava o FMI, foi feita por Delfim Netto e Rui Leme. Quando chegou ao Rio, Woods não fez nenhum pronunciamento, mas Schweitzer disse que pretendia observar cuidadosamente a América Latina e o Brasil, em particular, e após a reunião seguiu por viagem pelo país, conhecendo o Amazonas, a Bahia, São Paulo e a capital, Brasília (O GLOBO, 1967g).

Apesar dos esforços do governo de oferecer uma recepção bem-organizada para as delegações que chegavam, a mala do Sr. Abdel Rahim Mirghani, do Sudão, teve sua mala trocada. Todas as bagagens dos delegados que chegavam ao Rio estavam marcadas com um cartão escrito

Intermeet para sinalizar que não deveriam passar pela alfândega, só que o cartão da mala de Mirghani se desprende, e um funcionário do aeroporto colocou, por engano, em outra mala de um cidadão de Trinidad que estava chegando ao Rio como turista. Depois do problema da mala, Mirghani não quis falar com a imprensa. Além desse episódio, outro delegado também esqueceu em um táxi que o conduziu do Galeão ao hotel uma valise com sete mil dólares, que foi localizada e devolvida. Os funcionários da alfândega do Galeão relataram que o esquecimento de malas foi frequente entre os delegados que chegavam ao Rio (O GLOBO, 1967g).

Durante a chegada dos aviões com os delegados e suas famílias aconteceu um fato curioso, no dia 21 de setembro de 1967. Em um dado momento da recepção das aeronaves, três pousaram ao mesmo tempo no aeroporto, o que fez com que um grupo de motoristas da frota de carros do FMI fosse enviado para a sala de recepção para ocupar todos os assentos possíveis dos sofás, para que outras pessoas não o fizessem e acabasse impedindo as esposas dos delegados de ter onde se sentar para descansar. Além disso, as recepcionistas ficavam na sala de recepções avisando os delegados quando os garçons passavam que o guaraná servido era uma bebida nativa brasileira, fazendo uma espécie de propagando de nosso produto (O GLOBO, 1967g). O Palácio Guanabara, sede oficial do governo do estado da Guanabara naquele momento, atualmente sede do governo do estado do Rio de Janeiro, permaneceu ligado diretamente à reunião, por meio de instalação de equipamento de telecomunicação feito pela empresa Indeletron, Indústria Eletrônica S.A. (O GLOBO, 1967c).

Um dos hotéis que ficou mais ocupado nessa recepção aos delegados foi o Hotel Othon Aeroporto, no qual os delegados do Grupo dos Dez realizaram sessões secretas no sexto andar, durante todo o período de realização da reunião. Além das delegações do Grupo do Dez, várias delegações solicitaram a retirada da mobília dos apartamentos para transformar em escritórios, ordenando à portaria do Hotel que fosse

sigiloso os números dos quartos ocupados. Nesse hotel estavam delegações também de Israel, Chipre, Iugoslávia, Jamaica, República Central Africana, Holanda, Zâmbia, Canadá, Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Gana, África do Sul, Malásia, Coreia, China, Grã-Bretanha, Paquistão, EUA, Kuwait, Turquia, Bélgica, Japão, Áustria, França, Indonésia, Japão e Índia (O GLOBO, 1967g). O Hotel Othon Aeroporto foi criado em 1943, ficando o prédio desativado por uns anos e no antigo prédio revitalizado, atualmente, fica o B&B Hotel Santos Dumont, na Avenida Beira Mar, nº 280. Esse hotel fica a 650 metros do MAM.

O jornal O Globo (1967e) dedicou uma matéria completa para as esposas de Woods e Schweitzer, a Sra. Louise Woods e a Sra. Catherine Schweitzer, além de falar sobre a filha de Catherine, Juliette Schweitzer, de 13 anos. Na reportagem, há uma foto de Catherine e sua filha, além da descrição das roupas que as três mulheres estavam utilizando, a forma como chegaram, sua simpatia, já que chegaram sorrindo, e respostas que proferiram aos jornalistas, comentando se já conheciam o Brasil, o que era o caso de Louise, e suas futuras viagens e passeios. Além disso, na reportagem, citam que a família Schweitzer iria viajar pelo Brasil após a reunião e falam que Catherine estava entusiasmada com a viagem para Brasília, que é citada como “a Cidade do Ano Dois Mil”.

Na coluna Reportagem Social de 23 de setembro de 1967 (O GLOBO, 1967k), há uma foto de Homero de Souza e Silva e sua esposa, com a legenda dizendo que eles eram hosts da semana do FMI. Homero de Souza e Silva era diretor do grupo financeiro Moreira Salles (DREIFUSS, 1981). Ainda nesta reportagem há a sugestão para as pessoas visitarem o MAM, com a atmosfera do congresso do FMI, dizendo que “aquele pedaço de terra comprimido entre a cidade e o mar internalizou-se, vive vida própria”, mas um aviso de que o restaurante do MAM está aproveitando o movimento do evento para “mandar brasa” nos preços cobrados. Já na parte final da reportagem, com o subtítulo “liberdade de informação”, consta que os correspondentes estrangeiros que tiraram fotos e fizeram

vídeos não tiveram seus materiais passados pela censura, podendo atuar com liberdade (O GLOBO, 1967k).

No primeiro dia da reunião, 25 de setembro, saiu na Reportagem Social do jornal O Globo (1967l) que alguns delegados presentes no Rio para a reunião do FMI não gostaram da feijoada brasileira, compreendendo ser uma comida “pesada demais”. Nessa reportagem de Carlos Swann, escrita com tom cômico, informava que nesse grupo de “incomodados” estavam os delegados do Marrocos e da Índia, e Swann afirmou que o prato típico marroquino, o couscous, pesava no estômago “como um paralelepípedo” e que nas comidas indianas tinha “frituras de serpente”, que ele rinha provado em festas do representante diplomático indiano no Brasil. Ao citar os delegados do Kuwait e da Nova Zelândia, que também não gostaram da feijoada, Swann afirmou que eles provavelmente iriam preferir, respectivamente, strogonoff de camelo e vol-au-vent de canguru.

Outros episódios curiosos ocorridos na cidade durante a reunião são dignos de lembrança, como o vendedor de sorvetes da Kibon que foi condecorado com um “diploma de honra” por ter devolvido uma quantia paga por engano por um delegado estadunidense (JORNAL DO BRASIL, 1967l); o alto volume de objetos encontrados na seção de achados e perdidos do MAM, como um sapato que presumivelmente pertencia ao delegado do Quênia; e o biquíni com estampa de cheques, cartões de crédito e moedas trajado pela esposa do presidente da empresa American Express em plena piscina do Copacabana Palace (JORNAL DO BRASIL, 1967k).

Os casos relatados aqui representam apenas uma parcela dos bastidores da reunião noticiados pela extensa cobertura da imprensa brasileira – e, sobretudo, dos jornais cariocas – à época da conferência. O tema da reunião surgiu de forma recorrente na coluna “Reportagem Social” de O Globo, além de adentrar discussões sobre curiosidades e informações da vida pessoal dos convidados do evento. Vale destacar também o

comentário curto, porém, crítico, sobre a não incidência de censura na atividade realizada pelos correspondentes estrangeiros.

Essa variedade na cobertura, com avaliações sobre propostas da reunião, posicionamentos das delegações estrangeiras, interesses do Brasil em relação à criação dos direitos especiais de saque em conjunto com anedotas e fofocas reflete os interesses multifacetados da população carioca e da preocupação desses veículos de imprensa em diversificar os formatos de comunicação do evento, levando informação para diversos públicos, com diversos objetivos.

Considerações finais

A partir dos relatos obtidos nos jornais O Globo e Jornal do Brasil, neste artigo foi possível traçar os principais assuntos discutidos em relação à realização da XXII Reunião Conjunta Anual do FMI e Banco Mundial em 1967 e seus impactos na cidade do Rio de Janeiro. Cabe aqui, ainda, salientar breves reflexões acerca dos objetivos traçados em 1967 e as mudanças ocorridas no mundo pouco tempo depois. Em 1971, somente quatro anos após a realização da reunião, na qual se buscaram meios de aumentar a liquidez internacional e diminuir a dependência do mundo em relação à moeda estadunidense, o país detentor do dólar abandonou o sistema de Bretton Woods, com o presidente Richard Nixon acabando com a paridade dólar-ouro. Os idealizadores da reunião de 1967, que era vista como um passo importante para a governança financeira global, viram em um movimento unilateral a mudança nas relações econômicas e financeiras em todo o mundo. Pode-se observar, então, que a reunião sediada pelo Rio de Janeiro foi um ponto de virada na história da governança financeira mundial.

É interessante perceber também o paralelo deste evento histórico com o que a cidade está vivendo em 2024, com a realização da Cúpula do G20,

prevista para novembro. A cidade do Rio de Janeiro, agora, vive a expectativa do evento de novembro, mas os preparativos começaram no início do ano. O governo brasileiro, em dezembro de 2023, divulgou que o país iria realizar mais de 130 reuniões e eventos durante boa parte do ano de 2024, culminando na Cúpula de novembro. Além dos eventos na cidade do Rio de Janeiro, outras treze capitais de estados brasileiros e Brasília realizarão reuniões e eventos (G20, 2023).

A Cúpula do G20, momento de conclusão dos trabalhos conduzidos pelo Brasil no decorrer do ano, ocorrerá no MAM, mesmo local que sediou a reunião aqui apresentada e que está passando por uma série de melhorias. A prefeitura está empreendendo uma revisão geral dos sistemas elétrico, hidráulico e dos elevadores, assim como recuperação de jardins de Burle Marx e obras no entorno do Parque do Flamengo (O GLOBO, 2024; MAM, 2024). Mais uma vez, a exemplo de 1967, a cidade passa por transformações urbanísticas à medida em que se prepara para desempenhar, ainda que apenas por alguns dias, o papel de capital política e econômica do mundo, para o qual vem demonstrando ter vocação ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A III Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, n. 14, 2015.
- BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MARTINS, Angela Maria Moreira. O Rio de Janeiro do Século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. *Revista Tempo de Conquista*, p. 1-10, 2017.
- BRASIL, República Federativa do. Presidência da República. Lei Nº 4.976, de 11 de maio de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14976.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 45, n. 2, p. 152-166, 1996.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil – 4ª edição, revista e ampliada. Brasília: Editora UnB, 2011.
- CRUZ, Eduardo da; PÓVOA, Pedro Henrique Almeida. A cidade maravilhosa: uma percepção de Coelho Neto sobre a construção de um ideal de Rio de Janeiro. *Nonada: Letras em Revista*, v. 1, n. 28, pp. 194-209, 2017.
- CURY, Vania Maria. Rio-Brasília: narrativas sobre a mudança da capital. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2022.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Cooperação Internacional no Brasil e no continente. 24 de setembro de 1967, versão impressa, 1967.
- FONSECA Jr., Gelson. Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-Americanismo: anotações. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). Barão do Rio Branco. 100 anos de memória. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- G20. Brasil divulga calendário de reuniões do G20. 08 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/brasil-divulga-calendario-de-reunioes-do-g20>. Acesso em 12 jul. 2024.
- GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 211-229 (246), 1993.
- GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Os burocratas das organizações financeiras internacionais. Um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF).

Annual Meetings 2023. About. JORNAL DO BRASIL. FMI reconhece o Disponível em: êxito da fórmula brasileira de combate à inflação. 24 de setembro de 1967, versão impressa, 1967g. <https://meetings.imf.org/en/2023/Annual/About>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND JORNAL DO BRASIL. França conquista pobres e irrita EUA e Inglaterra. 27 de setembro de 1967, versão impressa, 1967h. https://www.imf.org/external/about/go_vstruct.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

JORNAL DO BRASIL. A. Latina é contra outros socialistas. 27 de setembro de maiores exigências para retirar saque. 1967, versão impressa, 1967i. 24 de setembro de 1967, versão impressa, 1967a.

JORNAL DO BRASIL. Brasil pleiteará mercado para produtos JORNAL DO BRASIL. Nôvo saque e garantia de preços definiram reunião. 30 de setembro de 1967, versão impressa, 1967j. manufaturados. 27 de setembro de 1967, versão impressa, 1967b.

JORNAL DO BRASIL. O que sobrou depois que a reunião acabou. 30 de setembro de 1967, versão impressa, 1967k.

JORNAL DO BRASIL. Costa e Silva pede JORNAL DO BRASIL. Subdesenvolvidos ao FMI abertura de mercados para aumentam pressão no FMI. 28 de subdesenvolvidos. 26 de setembro de setembro de 1967, versão impressa, 1967, versão impressa, 1967c. 1967l.

JORNAL DO BRASIL. Debré empolgou o JORNAL DO BRASIL. URSS só entra no FMI MAM falando cinco vezes menos que os diretamente. 26 de setembro de 1967, versão impressa, 1967m. EUA. 27 de setembro de 1967, versão impressa, 1967d.

JORNAL DO BRASIL. Debré explica em JORNAL DO BRASIL. Woods formaliza empréstimo de 40 milhões de dólares ao uma nota a volta repentina à França. 29 de setembro de 1967, versão impressa, 1967e. Brasil. 24 de setembro de 1967, versão impressa, 1967n.

JORNAL DO BRASIL. FMI. 24 de LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as setembro de 1967, versão impressa, 1967f. Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: de 1967, versão impressa, 1967d.

uma análise da política externa brasileira. Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 3, p. 349-363, 1982.

O GLOBO. Espôsas de Diretores Chegam Com um Sorriso Para o Rio. 22 de setembro de 1967, versão impressa, 1967e.

LOURENÇO NETO, Sydenham. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 7, n. 3, p. 473-489, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46172>. Acesso em 16 jun. 2024.

MAM. G20 no MAM Rio. 2024. Disponível em: <https://mam.rio/g20/#:~:text=O%20Museu%20de%20Arte%20Moderna,Uni%C3%A3o%20Europeia%2C%20e%20pa%C3%ADses%20convidados>. Acesso em 12 jul. 2024.

O GLOBO. A Verdadeira Face do Fundo Monetário Internacional. Herculano Borges da Fonseca. 23 de setembro de 1967, versão impressa, 1967a.

O GLOBO. Africanos Chegam Reclamando Contra Discriminação do FMI. 21 de setembro de 1967, versão impressa, 1967b.

O GLOBO. Anunciantes e Agências. 21 de setembro de 1967, versão impressa, 1967c.

O GLOBO. Delegação Norte-Americana

O GLOBO. FMI Concederia Facilidades Aos Países Mais Endividados. Salão de Espera. 20 de setembro de 1967, versão impressa, 1967f.

O GLOBO. Já no Rio os Presidentes do Banco Mundial e do FMI. 22 de setembro de 1967, versão impressa, 1967g.

O GLOBO. MAM do Rio passará por reformas para sediar Cúpula do G20 e ficará fechado até novembro. Cultura. 03 de junho de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/06/03/mam-do-rio-passara-por-reformas-para-sediar-cupula-do-g20-e-ficara-fechado-ate-novembro.ghml>. Acesso em 12 jul 2024.

O GLOBO. O Folclore Juvenil e o Fundo Monetário (I). Roberto de Oliveira Campos. 12 de setembro de 1967, versão impressa, 1967h.

O GLOBO. Os Grandes do FMI. 09 de setembro de 1967, versão impressa, 1967i.

O GLOBO. Reportagem Social – Carlos Swann. 13 de maio de 1967, versão impressa, 1967j.

O GLOBO. Reportagem Social – Carlos Swann. 23 de maio de 1967, versão impressa, 1967k.

O GLOBO. Reportagem Social – Carlos Swann. 25 de maio de 1967, versão impressa, 1967l.

O GLOBO. Secretário do BIRD Chega Hoje Para Reunião do FMI. 13 de setembro de 1967, versão impressa, 1967m.

O GLOBO. Sem o FMI o Brasil Não Dobraria Sua Energia. 09 de setembro de 1967, versão impressa, 1967n.

O GLOBO. Subdesenvolvidos e FMI: Pessimista o Embaixador Otávio Dias Carneiro. 23 de setembro de 1967, versão impressa, 1967o.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial nos anos 1960. Anos 90, v. 21, n. 40, p. 493-531, dez. 2014. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/40500>. Acesso em: 16 jun. 2024.